

Financeirização e Política Educacional: descaminhos no contexto neoliberal

Julia Bustamante¹

Vinicius Carneiro²

Resumo: A crise dos anos 1960/1970 tem como uma de suas consequências a emergência do neoliberalismo. Entendido enquanto projeto de restauração da supremacia burguesa, o neoliberalismo se expressou concretamente de modo distinto nas distintas formações econômicas, revelando seu lado mais perverso nas economias dependentes. A consolidação desta nova etapa do capitalismo tem como marca fundamental a emergência da chamada financeirização. Este processo não é apenas econômico, mas se estende por todos os ramos da sociedade impactando diretamente a reprodução da vida dos trabalhadores. O presente trabalho dá destaque ao papel desenvolvido pela financeirização dentro do Ensino Superior Brasileiro, impulsionada através do Fies, criado em 2001. A partir da perspectiva de que a economia brasileira apresenta características que a tornam uma economia dependente dos países centrais, buscamos analisar o impacto do processo de financeirização sobre a nossa sociedade e suas possíveis consequências, dando ênfase em uma análise crítica dos fatos apontados.

Palavras-chave: financeirização; ensino superior; capitalismo dependente; política social; Fies

Abstract: The crisis of the 1960s and 1970s has as one of its consequences the emergence of neoliberalism. Understood as a project of restoration of bourgeois supremacy, neoliberalism expressed itself concretely differently in the different economic formations, revealing its most perverse side in dependent economies. The consolidation of this new stage of capitalism has as its fundamental mark the emergence of so-called financialization. This process is not only economic but extends itself across all branches of society directly impacting the reproduction of workers' lives. This paper highlights the role played by financialisation within Brazilian higher education, promoted through Fies, created in 2001. As the Brazilian economy presents characteristics that make it an economy dependent on the central countries, we seek to analyze the specific impacts of the process of financialization on our society as well as its possible consequences, emphasizing a critical analysis of the facts pointed out.

Keywords: financialization; higher education; dependent capitalism; social policy; Fies

¹ Economista, Mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo Ippur/UFRJ.

² Economista, Mestrando em Economia da Indústria e da Tecnologia pelo PPGE/UFRJ.

1. INTRODUÇÃO

Na sequência da eclosão crise de 2008 houve uma proliferação de estudos sobre a chamada financeirização e seus impactos sobre a classe trabalhadora. A crise contemporânea possui especificidades que reconfiguram as relações entre o trabalho e os direitos sociais e se insere num contexto de afirmação da supremacia burguesa e sucessivas derrotas da classe trabalhadora, presente desde os anos 1970.

Como estratégia de retomada das taxas de lucro e de crescimento, as classes dominantes mobilizam o fundo público como um suporte essencial na administração da crise, de modo a garantir as condições gerais de produção. Tal fenômeno, no entanto, adquire especificidades em nossa formação econômica e social, marcada pelo capitalismo dependente.

Diferente do paradigma da Europa ocidental, aqui o Neoliberalismo não colide com um Estado de Bem Estar Social consolidado, de modo que os movimentos de retirada de direitos e precarização das condições de vida da classe trabalhadora se processam sem que uma série de políticas sociais tenha sido consolidada.

A financeirização da educação se insere em um processo mais amplo de financeirização do capital em escala mundial. Deste modo, consideramos importante delimitar o que se compreende por financeirização, tendo como referencial teórico a análise marxiana do modo de produção capitalista.

O Estado brasileiro, em especial o poder executivo federal - mediante instrumentos como decretos, medidas provisórias e resoluções -, mas também o legislativo por meio de leis, tem desempenhado importante papel na expansão do setor privado e internacionalização por meio da abertura de capitais no ensino superior no Brasil, em especial nas duas últimas décadas.

O objetivo principal deste trabalho consiste, portanto, em compreender as especificidades da financeirização da política educacional em nossa economia dependente em contexto de neoliberalização, bem como seus rebatimentos para a classe em termos de aumento do endividamento.

Recuperamos, para tal, as contribuições da Teoria Marxista da Dependência, que permite delimitar elementos distintivos que o modo capitalista de produção assume nas economias dependentes e das especificidades de sua lógica de reprodução da força de trabalho.

Assim, o presente artigo divide-se em três seções, além da conclusão e desta introdução. Na primeira seção, se desenvolve a forma com que o neoliberalismo emerge na sociedade capitalistas e os mecanismos traz consigo. Na segunda seção, procuramos abordar a forma com o capitalismo dependente condiciona a adoção de políticas sociais nos países periféricos. Por fim, na terceira seção, analisamos o processo de financeirização que é impulsionado no país através do Fundo de Financiamento Estudantil, o Fies, criado em 2001.

2. SOBRE A EMERGÊNCIA DO NEOLIBERALISMO E DA FINANCEIRIZAÇÃO COMO UMA DE SUAS CARACTERÍSTICAS FUNDANTES

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou o ingresso do capitalismo mundial em sua chamada “era de ouro” (HOBSBAWM, 1995). Estes “anos gloriosos” foram marcados por uma hegemonia da teoria keynesiana³ e possibilitaram o surgimento, inclusive dentre autores “críticos”, da ilusão da possibilidade de um desenvolvimento capitalista sem crises.

Esta ilusão passa a ser desfeita já na década de 1960, quando começam a se manifestar sinais de esgotamento do crescimento de então, com a queda nas taxas de lucro e de crescimento nas principais economias mundiais (CARCANHOLO, 2010). Tal processo é acentuado na década seguinte com a quebra do acordo de Bretton Woods⁴ e com as duas crises do petróleo⁵. Os anos 1980 também são marcados por uma tendência a estagnação em escala global aliada à precarização estrutural da força de trabalho, com aumento da pobreza relativa e absoluta, nestes anos os efeitos transbordam aos países periféricos, se manifestando a partir da chamada “crise dívida”. Desde então, a economia mundial parece ter ingressado em um novo período, que pode ser compreendido a partir da noção de neoliberalização, marcado por crises econômicas recorrentes e por fenômenos sistêmicos dentre os quais destaca-se a chamada financeirização, a qual retornaremos ao longo deste artigo.

³ Inspirados no trabalho de John Maynard Keynes, o qual pregava um Estado ativo economicamente a fim de que se corrigisse as imperfeições de mercado.

⁴ O Acordo de Bretton Woods foi estabelecido em 1944 pelos países que saíram vencedores da guerra no ano seguinte. Além de um padrão monetário com o ouro como principal moeda, o acordo criou as bases para instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

⁵ As crises ocorrem, respectivamente, nos anos de 1973 e 1979. Em ambos os momentos os preços do barril do petróleo tem uma alta súbita, o que aumenta os custos de produção em todo o mundo.

A crise enfrentada no período é uma crise de acumulação, mas é também uma crise política e social, que se manifesta no esgotamento do Welfare State na Europa ocidental e da disciplina típica do taylorismo/fordismo, com a eclosão de movimentos como os de Maio de 68, configurando o que pode ser chamado de crise orgânica da década de 1960/1970 (CASTELO, 2011). A junção do colapso econômico com a intensificação das lutas de classe faz com que a base de sustentação da economia burguesa entre em colapso, de modo que a “[...] reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e início dos 70” (ANTUNES, 2009 [1999], p.44). Podemos afirmar, portanto, que o período é marcado por rupturas dos processos políticos-institucionais que vinham sendo desenvolvidos até então, seja do Welfare State, seja do desenvolvimentismo latino-americano, com seus determinantes relacionados à incapacidade de manutenção das condições de rentabilidade da burguesia.

A eclosão de uma crise em uma economia capitalista tem como causa justamente o processo de crescimento que foi implementado anteriormente e a incapacidade em mantê-lo, e somente a superação deste entrave do sistema fará com que volte o crescimento. O capitalismo entra em crise porque cresceu, e torna a crescer por que entrou em crise (CARCANHOLO, 1996). As crises são, portanto, cíclicas e derivam das próprias condições imanentes do capital, sendo a sua eclosão uma manifestação entre a produção e a realização dos valores produzidos. Embora a erupção de uma crise seja um processo inerente às leis gerais de acumulação capitalista, as formas de manifestações se diferem em momentos específicos da história, como as que foram observadas nas décadas de 1970, tratando-se de uma crise de sobreacumulação do capital, mas que possui especificidades, como:

(...) por um lado, mesmo após alguns períodos de recuperação (1976-1977), os níveis de desemprego continuaram excessivamente altos, sendo sua diminuição pouco significativa. Por outro lado, a despeito da recessão dos períodos 1968-1975 e 1978-1982, e da queda acentuada dos níveis de produtividade, observou-se uma escalada do processo inflacionário (CARCANHOLO; BARUCO, 2011, p.10).

Em tempos de crise como os nossos, a crise dos anos 1970 serve de exemplo de como o capital faz uso da própria crise como momento de ofensiva contra o trabalho. As crises são resultado das contradições internas ao modo de produção capitalista, mas a

burguesia aprendeu a utilizá-las de modo a colocar os trabalhadores na defensiva, aceitando altas taxas de desemprego e o rebaixamento dos salários (MANDEL, 1990). Esta tática é visível na mobilização do discurso da crise para a disputa ideológica em prol de contrarreformas e iniciativas que visam a retirada de direitos conquistados em períodos anteriores pelas classes subalternas.

Assim, a crise orgânica dos anos 1960/1970 marcou o processo de transição para um novo padrão de reprodução do capital⁶ que tem como um de seus pilares fundamentais a chamada financeirização. Diversos mecanismos e inovações foram utilizados na superação da crise e conseqüente restauração da supremacia burguesa no contexto da emergência do neoliberalismo, tais quais o surgimento de uma série de inovações tecnológicas que produziram um “desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada” (ANTUNES, 2009 [1999]). Deste modo, verifica-se, nas últimas quatro décadas, o avanço do predomínio da lógica do capital fictício – chamada financeirização da economia –, bem como uma reestruturação produtiva e a configuração de um modo de regulação do conflito social alicerçado na ideologia neoliberal (CARCANHOLO; BARUCO, 2011).

A chamada financeirização emerge, neste contexto, enquanto processo que concede especificidade ao capitalismo contemporâneo, alterando o padrão de reprodução do capital. Trata-se de um elemento que opera a nível econômico, político e cultural (LAPAVITSAS, 2009) e que, mesmo possuindo um embrião que data do século XIX, atinge sua maturidade em fins do século XX no contexto da terceira Revolução Industrial. Considera-se como elemento chave para a compreensão da financeirização a categoria do capital fictício, que representa um desenvolvimento dialético da autonomização das formas do capital que modifica a temporalidade e apropriação de rendas ligadas a produção de mais-valia – e portanto de exploração da força de trabalho – futura.

Deste modo, o presente trabalho segue uma perspectiva distinta das visões keynesianas, segundo as quais a financeirização seria caracterizada por um “exagero”

⁶ A noção de padrão de reprodução do capital, formulada originalmente por Ruy Mauro Marini, é melhor desenvolvida por Jaime Osório. Ver FERREIRA, C; LUCE, M. S.; OSORIO, J. (Org.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

das finanças frente a economia “real” que necessitaria ser superada por meio de uma “eutanasia dos rentistas”. A financeirização aqui é entendida como centralmente relacionada à lógica do capital fictício enquanto desenvolvimento dialético da autonomização das formas do capital. Trata-se, portanto, de uma consequência histórica do desenvolvimento do processo de acumulação, e não de uma anomalia externa à produção tipicamente capitalista, uma categoria com autonomia relativa mas não absoluta.

Assim, o pleno desenvolvimento da lógica do capital fictício – que subordina as demais formas do capital – foi possível devido à série de transformações tecnológicas, em especial nas telecomunicações, que influenciaram profundamente a circulação do capital, mas não se confunde com estas. Também foram essenciais as mudanças político-institucionais, como a desregulamentação dos mercados de trabalho e liberalização do sistema financeiro, que ampliaram o movimento dos capitais em nível mundial e aumentaram a exploração do trabalho.

A compreensão da financeirização passa não apenas pelas transformações econômicas mas também políticas e culturais, que engendram novas práticas e implicações na vida cotidiana dos trabalhadores.

3. SOBRE AS ESPECIFICIDADES DO NEOLIBERALISMO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO DEPENDENTE

O advento da etapa atual do capitalismo marca a consolidação de um projeto de restauração das classes dominantes que possui dimensões políticas, ideológicas, econômicas e sociais e que impôs derrotas significativas às classes subalternas. A consolidação de tal projeto não se deu, no entanto, de forma linear, e teve distintas concretizações nos distintos Estados Nacionais, onde colidiram com distintos arranjos anteriores e distintas posições na hierarquia internacional. Harvey (2008, p.28) aponta como o processo apresentou uma “tensão criativa entre o poder das ideias neoliberais e as práticas reais de neoliberalização”, de modo que refletir acerca da adesão ao neoliberalismo no Brasil pressupõe uma base de análise de seus antecedentes históricos e características estruturais.

Dentre as necessárias mediações teóricas e histórico-geográficas para a compreensão do fenômeno em suas manifestações concretas, consideramos fundamental

a compreensão do Brasil como um país marcado pelo capitalismo dependente. Assim, os autores que desenvolveram a Teoria Marxista da Dependência buscaram – partindo principalmente da obra de Marx e da teoria do imperialismo –, compreender as especificidades das sociedades latino-americanas, desvendando suas leis de movimento próprias e suas articulações com os países centrais.

De acordo com Ruy Mauro Marini, uma característica fundamental é que a condição de dependência não se reduz a um fenômeno externo. Dentre os fatores internos que fundamentam tal condição destaca-se a superexploração da força de trabalho, um dos pilares da condição de dependência, que impõe à acumulação capitalista nos países dependentes características próprias (MARINI, 2000). A superexploração da força de trabalho pode ser explicada, de maneira bastante sintética, como o fenômeno que tem lugar quando a força de trabalho é remunerada em patamar abaixo de seu valor de maneira sistemática (MARINI, 2000). Nas palavras do autor:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2005 [1973], p.20).

Marini nos auxilia, portanto, na compreensão da acumulação de capital nos países dependentes. O aumento da mais-valia relativa passa por uma violenta exploração da força de trabalho, decorrente das relações desiguais de intercâmbio entre nações dependentes e imperialistas e dos mecanismos de transferência de valor.

As especificidades da inserção dependente no circuito da economia mundial também implicam em especificidades das políticas sociais nestes países, em que estas não assumem o papel que assumiram durante certo período do século XX nas economias centrais.

As políticas sociais possuem uma origem que remete às origens do próprio capitalismo, e representam, ao lado da regulação do trabalho, uma das interfaces mais visíveis da política governamental e estatal com o cotidiano da classe. Representam, em geral, respostas fragmentadas às distintas expressões assumidas pela questão social, cuja base é a contradição fundamental entre capital e trabalho. Assim, o caráter contraditório das políticas sociais expressa uma contradição própria do modo de produção capitalista.

Se são, por um lado, demandas da classe trabalhadora organizada, servem ao mesmo tempo aos interesses capitalistas de apaziguamento dos conflitos de classe, e como maneira de reduzir custos de reprodução da força de trabalho, que passam a ser atribuição do Estado. O financiamento das políticas sociais por meio do fundo público se dá por meio da produção social de riqueza: seja por meio de trabalho necessário ou da mais valia social (FIUZA, 2017).

As economias dependentes, em particular as latino-americanas, se inserem no processo de financeirização de maneira subordinada desde a sua origem. No Brasil, o neoliberalismo no Brasil se consolida como estratégia de dominação da classe burguesa para responder à crise da década de 1980, marcada pela crise da dívida num plano internacional □ a partir da elevação das taxas de juros da economia norte-americana e redução do fluxo de financiamento □ e pela ascensão do movimento sindical e de outros movimentos sociais, bem como por mobilizações políticas vigorosas pela democratização. Neste contexto, ocorre a aprovação da Constituição de 1988, marcada pelas disputas em curso no processo de crise da ditadura civil-militar, na qual constam diversas políticas sociais essenciais. Os anos 1990 são marcados, portanto, por uma tensão entre as disputas pela implementação de medidas universalizantes contidas na Constituição recém aprovada e o avanço da hegemonia neoliberal, que preconiza o ajuste fiscal, a privatização e a focalização.

Os anos 1990 são também fundamentais pois é nesta década que se monta a arquitetura do Real, a partir da estabilização da inflação decorrente do Plano Real. Esta arquitetura estava mais plenamente montada a partir da reorientação nas políticas cambial, monetária e fiscal que se deu com a adoção do sistema de metas de inflação, da flutuação cambial suja e das metas de superávit primário, num processo que possibilita a melhor compreensão do aumento do endividamento das famílias nos anos 2000. A partir desta nova etapa:

[...] a característica fundamental desse período é a substituição dos ganhos inflacionários pela elevada renda de juros e demais modalidades de ganhos financeiros, tanto aqueles derivados do endividamento público interno quanto os provenientes do crescente endividamento das famílias e das empresas não-financeiras. O Brasil entra, assim, numa nova fase em que seu regime monetário se

consolida para reproduzir as condições propícias à financeirização em massa (LAVINAS; BRUNO, 2017, p.14).

Com a progressiva consolidação do bloco histórico neoliberal, assistimos nas últimas décadas à consolidação de um novo padrão de reprodução de capital dependente⁷. Tal transformação representou tanto um agravamento quanto uma reordenação das relações de dependência, baseada no predomínio de novas formas de extração a partir de instrumentos relacionados ao capital fictício.

Um desses desenvolvimentos característicos desta nova etapa é a nova centralidade da dívida. Trata-se de um instrumento por meio do qual grandes instituições financeiras globais pressionam Estados para reduzir gastos sociais, reforçar a austeridade e aumentar a extração de mais-valia por meio da exploração dos trabalhadores. O capital, em sua etapa contemporânea necessita da apropriação do fundo público de modo a garantir sua valorização.

Vivenciamos uma crescente importância da transferência de recursos do fundo público em direção ao capital portador de juros, em que a dívida pública segue sendo um elemento fundamental - particularmente em nosso país, que possui uma das maiores taxas de juros do mundo e, portanto, com grandes despesas de pagamentos aos detentores de tais títulos. A dívida pública atua como um dos principais fluxos de concentração de renda nas mãos de possuidores de títulos que são, em sua maioria, bancos estrangeiros (27% em janeiro de 2015); fundos de investimento (20,4%); fundos de pensão (17,2%), dentre outros. Cerca de 20% está na mão de não residentes, o que representava 1,6% em 2007, antes do aumento da Selic a partir de 2012 (LAVINAS, 2017). Investidores estrangeiros passaram, a partir de mudança legal no governo Lula, a poder adquirir títulos do governo, o que também impulsionou processos especulativos. As isenções de impostos ou redução de taxas que foram mantidas para tais fundos e ativos demarcam mais uma faceta desta transferência de recursos do fundo público.

O crescimento do consumo financiado por dívida entre as famílias indica como o setor financeiro lucra com salários abaixo do valor da força de trabalho e com a precarização dos serviços públicos. A dívida funciona então como uma forma de disciplinamento da classe que atinge em variadas formas e graus seus diferentes segmentos. Longe de uma relação social arcaica ou não capitalista, reforça o poder dos

⁷ referência Marisa Amaral tese

empregadores e facilita formas predatórias de crédito e empréstimo como soluções para a pobreza e o desemprego.

A perda de direitos na forma de serviços públicos, tão acentuada atualmente, é identificada por alguns autores como um processo de expropriação, pois avançaria em campos antes externos à mercantilização. Outros autores, como Fiuza (2017), compreendem que a mercantilização está posta não apenas quando o Estado deixa de prover esses serviços. Trata-se, portanto, não de um processo de expropriação “mas de mais exploração, pois aumentam, indiretamente, a mais valia apropriada pelo capital” (FIUZA, 2017, p.9). Isto é, de uma “ampliação da exploração do trabalho por meio da redução de direitos sociais” (ibidem, p.10)

Na etapa atual, de exploração intensificada em contexto de neoliberalização, os gastos cotidianos dos trabalhadores exigem cada vez mais uma dívida que cresce exponencialmente. É cada vez mais a partir da dívida, em outras palavras, que o capital disciplina Estados, transfere riqueza da periferia para o centro e suga valor dos rendimentos das famílias trabalhadoras.

Uma ampla gama de práticas culturais cotidianas está agora conectada a redes financeiras globais: pensões, esquemas de aposentadoria e aposentadoria; a compra de casas, carros, feriados, bens de consumo; o pagamento de contas telefônicas, cartão de crédito e empréstimos estudantis; e, claro, casa própria e hipotecas. Isso ocorreu principalmente por meio de processos de securitização que agrupam um fluxo de pagamentos futuros conectados a um ativo subjacente, que são então negociados como títulos dentro dos mercados financeiros (ALLON, 2010, p.373).

De acordo com a visão defendida neste trabalho a perda de direitos, na forma de serviços públicos, que ocorre no período atual não é qualitativamente distinta de outras etapas do capitalismo. A ideia da retirada de direitos como parte de uma acumulação primitiva permanente, ou mesmo como expropriação não nos parece, portanto, a categoria mais adequada. Advoga-se que vivenciamos, ao contrário, um crescimento devastador da exploração do trabalho, tanto propriamente no momento da produção, quanto por meios da transferência do fundo público para o capital com a diminuição ou extinção dos serviços sociais públicos, fornecidos pelo Estado como direito (FIUZA, 2017).

Isto não implica, no entanto, que não reconheçamos que a retirada de direitos permite que serviços como a educação sejam subsumidos pelo capital, que amplia seus

espaços de valorização em setores que, ainda que parte do circuito do capital, tinham sua oferta suprida em grande medida por meio do Estado. Assim, o atual processo de financeirização do capital e de endividamento da classe têm rebatimentos na prestação de serviços educacionais, em especial no ensino superior, os quais serão mais detalhadamente analisados na sessão seguinte.

4. SOBRE O ENDIVIDAMENTO DA CLASSE E A FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A utilização do sistema de crédito como fonte de suplementação da renda pelos trabalhadores para a provisão de necessidades básicas é impulsionada tanto através de políticas de Estado neoliberais, como pela maior atenção dada pelos bancos a este nicho de mercado. Esse fenômeno pode ser observado a partir de Lapavitsas (2009, 2011) que enfatiza que há uma mudança na atuação dos bancos, em que estes passam a se voltar mais diretamente para a receita pessoal dos trabalhadores como fonte de lucro. Essa modificação exige uma série de alterações no funcionamento do sistema bancário e de crédito, que se iniciam juntamente com o processo de financeirização e liberalização ocorrido nos anos 1960/70. Portanto, podemos afirmar que, no período recente, o conjunto dos trabalhadores tem sido “[...] empurrados, de alguma forma, a estabelecer relações com os bancos. Até os trabalhadores mais pobres, desempregados e, portanto, sem salário, que vivem de subsídios de programas sociais” (ASSIS, 2017, p.59). Isso pode ser evidenciado no caso brasileiro não somente através da obrigatoriedade dos pagamentos de salários por meio de agências bancárias, mas também pelas pensões e aposentadorias pagas pelo INSS e por todo e qualquer benefício advindo de qualquer programa social do governo. Partiremos da hipótese de que, desde os anos 2000, os trabalhadores têm ampliado sua relação com instituições financeiras visando suprir necessidades elementares, tais como saúde, moradia e educação.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), de fevereiro de 2019, apresenta que o percentual de famílias endividadas – entre cheque pré-datado, cartão de crédito, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro – atingiu o patamar de 61,5% do total de famílias, o que demonstra a relevância deste fenômeno.

Esta mesma pesquisa apresenta que, para famílias com renda até dez salários mínimos, cartão de crédito (78,8%), carnês (15,4%), e crédito pessoal (8,3%), são os

principais tipos de dívida. Já para famílias com renda acima de dez salários mínimos, os principais tipos de dívida apontados em fevereiro de 2019 foram: cartão de crédito (77,4%), financiamento de carro (17,7%), e financiamento de casa (15,9%), o que indica a importância da dívida para financiamento de consumo corrente em especial para as famílias de menor renda.

Nesta seção analisaremos, prioritariamente, o mecanismo que é desenvolvido em torno da concessão de crédito por meio do Fundo de Financiamento Estudantil, o Fies. O programa foi implementado a partir da Lei 10.260/2001, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (BRASIL, 2001).

Entrando em nosso objeto principal de análise, cabe caracterizar primeiramente o sistema de ensino superior nacional como sendo formado por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e instituições estaduais e municipais públicas, financiadas através de receita tributária, e as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Sendo esta última categoria responsável pela maior parte do número de oferta de vagas. O número de vagas é impulsionado ano a ano, tanto por meio do Fies, como através do Programa Universidade Para Todos (Prouni). Nos ateremos à análise do Fies que foi e ainda é o principal programa público de crédito estudantil voltado ao ensino superior, cujas matrículas atingiram um nível de 39% do total efetuado na rede privada em 2015 (MEC, 2017).

Embora o Fies seja instituído somente em 2001, é possível observar a ideia existente nele presente em outros programas anteriores. Um exemplo disso é a instituição, durante a ditadura civil-militar, do CREDUC (Programa de Crédito Educativo), este programa era financiado por meio de recursos do Fundo de Assistência Social, formado por meio dos rendimentos de loterias, tendo sido depois financiado por recursos diretos do Ministério da Educação (MEC) que eram administrados pela Caixa Econômica Federal. Este programa entrou em crise nos anos 1990, tendo sido descontinuado por conta de uma taxa de inadimplência de 85% (LAVINAS, 2017). Dessa forma, o Fies não pode ser considerado como uma invenção do novo milênio, mas sim como a adequação de uma ideia já existente e já implementada.

O fundo foi inicialmente operado pela Caixa Econômica Federal até 2010, quando passou a ser operado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em 2017, houve nova transferência e passou a ser gerido pelo Comitê Gestor de Fundo de Financiamento Estudantil – CG-Fies. O Fundo foi criado para ser composto por meio de dotações orçamentárias anuais – Fonte 100 –, além de 30% da

renda líquida dos concursos de loteria da Caixa Econômica Federal e de 100% dos prêmios das loterias que não forem resgatados, dentre outros. Sendo financiado por meio da emissão de títulos, os gastos com o FIES não são propriamente uma despesa para o governo, mas sim uma “inversão financeira”, que deverá ser quitada pelos estudantes contratantes do Fies no futuro, sendo o governo federal, até 2016, o único garantidor deste risco.

O Fies aumentou expressivamente a partir de 2010, ano em que se reduziu a taxa de juros praticada para 3,4% a.a. e elevou-se tanto o prazo de carência de seis para dezoito meses quanto o de amortização para três vezes a duração regular do curso acrescido de um ano. Inicialmente, o valor máximo a ser financiado era de 70%, passando para 100% do valor cobrado pelas IES neste mesmo ano. Assim, o programa cresceu de 76 mil estudantes para a monta de 2,18 milhões entre 2010 e 2015 (MEC, 2017).

Coincidentemente, ou não, desde 2001 existem fundos de investimento estrangeiro – fundos private equity – atuando na educação superior privada do país. O primeiro foi o Apollo Internacional, pertencente ao Apollo Group – o maior grupo empresarial de ensino dos Estados Unidos de então – que fechou uma parceria com o Pitágoras, oriundo de Minas Gerais. Em 2005, ocorreu a chegada do grupo estadunidense Laureate Inc. no país, por intermédio da compra de 51% da Anhembis Morumbi, que se tornou 100% da empresa estrangeira em 2013 com auxílio de um aporte de US\$ 150 milhões da International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial, que visava acelerar a expansão do mercado educacional em países emergentes.

A partir de 2007, se inicia a abertura de capital das empresas na Bolsa de Valores, o que faz com que se intensifique o processo de desnacionalização da educação superior no país. Neste mesmo ano, abrem as ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) grupos como Anhanguera Educacional Participações S.A., Kroton Educacional S.A. e Estácio Participações S.A. A utilização do mercado de capitais como meio de financiamento “(...) seja via fundos específicos, seja via lançamento de ações em bolsa, permite a capitalização concentrada no tempo de grande aporte de recursos, de modo que subsidia o processo intenso de aquisições/fusões, visando ao crescimento em larga escala” (CARVALHO, 2013, p.72). Este processo fez também com que se aumentasse o valor de mercado das empresas, demonstrando o quanto a ação governamental é fundamental para assegurar a rentabilidade destes capitais (LAVINAS; GENTIL, 2018).

Juntamente com isso, há um aumento no número de estudantes adeptos ao programa, diante das facilidades trazidas pela inserção no mercado crédito, “o percentual de estudantes das instituições de ensino superior privadas que havia contraído o financiamento por meio do Fies estava em um patamar de cerca de 10% em 2010, tendo ultrapassado o patamar de 40% a partir de 2014” (LAVINAS; BRUNO, 2017, p.20-21).

A expansão de crédito promovida através do Fies é uma peça fundamental nessa engrenagem, fortalecendo a formação de grandes conglomerados financeiros, em destaque para a Kroton que é ao mesmo tempo líder no ensino superior como no ensino básico, possuindo um valor de mercado de mais de R\$15 bilhões ao final de 2017. Além do papel desempenhado pelo Fies, vale ressaltar que a Kroton foi, em 2014, a que mais recebeu pagamentos do governo federal, sendo “[...] o dobro do que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que fabrica aviões militares, e a Odebrecht, então responsável por dezenas de obras de grande porte espalhadas pelo País” (BURGARELLI, apud LIMA, 2017, p.23).

Assim, ao longo dos anos 2000, assistimos a um incentivo crescente do Estado em direção ao setor privado de ensino, corroborado pela comparação entre as dotações autorizadas para o Fies e para as IFES. Entre 2012 e 2017, houve um crescimento de 181% do orçamento do Fies, enquanto o crescimento para as IFES foi de 42% (SIAFI, 2017). Isso demonstra uma prioridade dada ao setor privado em relação ao ensino público, ocasionando um aumento da participação das instituições privadas a custas de recursos que poderiam ser utilizados para a educação pública. Advoga-se que a financeirização das instituições de ensino representou uma articulação da transferência de recursos do fundo público para o fundo de acumulação de capitais (ProUni, Fies, dentre outros) com a desregulamentação do Ensino Superior brasileiro.

O cenário de crise e de avanço da concepção hegemônica de necessidade de austeridade fiscal vem implicando em alterações no programa. Desde de 2015, o fundo vem passando por uma série de alterações, primeiro limitou-se o número de vagas através de critérios mais restritivos a concessão de financiamento. Em 2017, a Medida Provisória nº 785/2017, convertida na Lei nº 13.530 de 07/12/2017, alterou seis leis existentes então para reformar o Fies. As mudanças instituídas pela MP foram relativas às formas de concessão e pagamento e ao modelo de gestão (criação do Comitê Gestor

do Fundo de Financiamento Estudantil–CG-Fies)⁸. Dentre as principais modificações está a divisão da concessão de financiamento a partir de três categorias⁹ distintas e a possibilidade da inserção do sistema bancário privado na terceira categoria.

As modificações que foram sendo realizadas durante os anos apontam para uma tendência de seu direcionamento para a população de mais baixa renda. O Fies se insere, assim, no escopo de um processo de endividamento das famílias trabalhadoras, considerando-se uma proxy relativamente adequada desta categoria um critério de renda. Verifica-se que a maior faixa de contratantes – 44,23% – possui até 2 SM (chamada classe E) de renda bruta familiar. Juntas, as faixas de até 2 SM e de 2 a 5 SM representam 84,6% dos contratantes. O que nos permite dizer que este instrumento tem servido para um aumento do endividamento das parcelas menos abastadas da classe trabalhadora, que tem encontrado neste um dos principais meios de acesso ao ensino superior.

Com o exposto até aqui fica evidente para nós de que houve e ainda está havendo um processo de privatização, mercantilização e empresariamento do ensino superior brasileiro. Em meados dos anos 2000, este processo se alterou com a abertura de capital de empresas educacionais na Bolsa de Valores, as quais permaneceram, no entanto, com um apoio fundamental do fundo público para manutenção de parcela significativa de seus rendimentos. Deste modo, verifica-se o quanto o Estado tem sido fundamental em produzir lastro para a acumulação de capital no setor educacional por meio de instrumentos financeiros e políticos. O Fies e o Prouni foram fundamentais para as empresas educacionais no que tange à redução da ociosidade de vagas e ampliação da rentabilidade a partir de 2003, ano em que as IES privadas representavam 98% da ociosidade de vagas do ensino superior (SOUZA; MENEZES, 2014).

Tal cenário tende a se agravar ainda mais com a aprovação da PEC 95/2018, que ao impor um teto orçamentário fixo, faz com que se congele os gastos e investimentos realizados com a educação por pelo menos 20 anos, isto faz com que haja a abertura de um novo espaço que o setor privado pode vir a ocupar, aumentando assim as suas

⁸ Havia também uma proposta de emenda que permitiria que trabalhadores retirassem recursos de suas contas do FGTS para amortizar ou quitar dívidas com o Fies, mas esta não foi aprovada.

⁹ Sendo elas: Fies 1, a juros zero para estudantes que comprovarem uma renda per capita mensal familiar de até três salários mínimos; o Fies 2, voltado para alunos com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos e residentes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e o Fies 3, dirigido a estudantes com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos de qualquer região que serão atendidos de acordo com a MP a partir dos recursos dos Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e do Norte (FNO).

possibilidades de extração de lucro a partir de uma parcela ainda maior da sociedade brasileira. Essa maior influência não se reflete apenas em uma parcela de mercado maior, mas também em uma maior possibilidade de interferência tanto em políticas educacionais como no que é ensinado dentro do país, tomando desta forma um caráter estrutural para a sociedade brasileira. Argumentamos que o processo descrito nesta seção, de financeirização do capital na educação, pertence a um movimento amplo, expressão de importantes modificações no padrão de reprodução do capital mundialmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento do neoliberalismo aparece como resposta a eclosão da crise orgânica da década de 1970. Neste momento passou a se questionar as bases que promoviam o crescimento que acontecia até então, na chamada era de ouro do capitalismo. A manifestação da crise não se deu de maneira única nos diferentes países, iniciando seus impactos sobre os países centrais no final da década de 60, e estendendo seus efeitos para a periferia através da “crise da dívida” da década de 1980.

A partir desses efeitos, se desenvolveu desde o início da crise, através da influência dos países centrais e de organismos multilaterais, uma série de recomendações que influenciaram mecanismos que buscavam dar respostas aos problemas enfrentados pelo sistema capitalista. Dentre os diversos mecanismos, destacamos durante este artigo o processo de financeirização, compreendida como desdobramento da lógica do capital fictício e redefine o padrão de acumulação.

Desde então, o processo de financeirização passou a ganhar cada vez mais amplitude dentro do sistema capitalista, fazendo com que seu efeitos se estendam pelos diferentes Estados nacionais. No Brasil ela se manifesta de diferentes formas, em destaque para a sua atuação sob o sistema de ensino superior, em especial a partir da abertura de capitais em 2007 e do crescimento do Fies. A partir de uma junção de medidas e políticas governamentais aliadas a um amplo grau de desregulamentação financeira, as instituições de ensino passaram a ocupar a Bolsa de Valores. Em meio a este processo o governo cumpriu um papel central, ampliando a destinação de recursos para estes fins, tendo estes sido expandidos em patamar superior ao investimento realizado no ensino superior público.

Acreditamos que os fatores apontados por este trabalho, permitem-nos afirmar que a ampliação do ensino superior privado, e o conseqüente o maior endividamento das famílias com ensino, encontra-se motivado a partir de políticas de governo tomadas desde a época da ditadura, e ampliadas com a criação do Fies em 2001.

Este processo tende a se agravar nos dias atuais, a partir da aprovação da PEC 95/2017, que congelou o gastos com educação pelos próximos 20 anos, posto que com a estagnação dos gastos com o ensino público abre-se uma base maior para que o setor privado passe a ocupar este espaço. Este crescimento do setor privado, tanto na educação superior como na educação básica, tem como consequência uma maior dependência às classes possuidoras do capital, fazendo com que essas tenham uma maior influência tanto nas políticas educacionais que serão adotadas, quanto no que será ensinado durante a formação educacional, podendo utilizar este fator como um novo instrumento de dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLON, Fiona. **Speculating on Everyday Life: The Cultural Economy of the Quotidian.** Journal of Communication Inquiry, v.34, n.4, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009 [1999].

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de. **Expropriação financeira, crédito consignado e contrarreforma da previdência: elos da financeirização.** Argum., Vitória, v. 9, n. 3, p. 52-64, set./dez. 2017.

BRASIL. **Lei no 10.260**, de 12 de Julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo Dependente, Neoliberalismo e Financeirização das políticas sociais no Brasil recente.** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Temporalis, v.17, n.34, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista.** Dissertação de Mestrado, UFF, Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora.** Aurora, UNESP, Marília, v.4, n. 6, 2010.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições.** Revista praia vermelha / Rio de Janeiro / v. 21 no 1 / p. 9-23 / Jul-Dez 2011.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A Mercantilização da Educação Superior Brasileira e as Estratégias de Mercado das Instituições Lucrativas.** Revista Brasileira de Educação, v.18, n.54, p. 761-801, jul-set, 2013.

CASTELO, Rodrigo. **O Social-Liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI.** Tese (Doutorado) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FIUZA, Juliana. **A retirada de direitos no capitalismo contemporâneo: aumento da exploração dos trabalhadores e a subsunção do trabalho ao capital.** Niterói, 2017.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSBAWM. Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914/1991.** São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

LAPAVITSAS, Costas. **Financialized capitalism: crisis and financial expropriation.** Historical Materialism, v. 17, n.2, p.114-148, 2009.

_____. **Theorizing Financialization.** Work, Employment and Society, v.25, n.4, p.611-626, 2011.

LAVINAS, Lena. **The Take-over of Social Policy by Financialization.** The Brazilian paradox. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel. **Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória.** Rio de Janeiro: IE UFRJ, Texto para Discussão n.32, 2017. Disponível em: . Acessado em 02/07/2018.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise Lobato. **Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização.** Niterói, 2018, Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política. Niterói: UFF, 2018.

LIMA, Wesley Pereira Lobo de. **O Ensino Superior brasileiro na Bolsa: o papel do Estado e os impactos no trabalho docente.** 2017, Niterói. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O Capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917). Niterói: UFF, 2017. Disponível em: . Acessado em: 02/07/2018.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista.** São Paulo: 178 Ensaio; Campinas: Unicamp, 1990 [1985].

MARINI, Ruy Mauro (2000). **Dialética da Dependência** – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Ed. Vozes.

_____ (2005). “Dialética da Dependência”. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular.

SOUZA, M.; MENEZES, M. **Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 84, p. 609–633, set. 2014.